



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

CIDADANIA E ACÇÃO COLECTIVA: O CASO DO MOVIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PORTUGAL

FONTES, Fernando

Doutoramento em Sociologia e Políticas Sociais,

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

fernando@ces.uc.pt

Resumo

A proliferação de conflitos sociais durante os anos 1960 associada à acção de novos movimentos sociais teve como efeito uma expansão do modelo tripartido de cidadania (civil, política e social) proposto por T. H. Marshall. A acção de novos movimentos sociais deu origem a novas formas de cidadania, ao mesmo tempo que permitiu a incorporação de grupos sociais anteriormente excluídos do processo de cidadania.

Entre os novos movimentos sociais conta-se o movimento de pessoas com deficiência. Em Portugal este movimento emerge apenas na década de 1970, uma realidade pós 25 de Abril de 1974. Não obstante existirem em Portugal organizações de pessoas com deficiência desde os anos 1920, o 25 de Abril de 1974 permitiu uma mudança significativa na acção colectiva na área da deficiência e criou as bases para a construção do movimento de pessoas com deficiência no contexto nacional. Este movimento social tem sido responsável não só pela denúncia de processos de exclusão e opressão social, como também pela reivindicação de direitos de cidadania.

Tendo por base a investigação desenvolvida no âmbito da minha tese doutoramento, este artigo apresenta algumas das características mais marcantes deste movimento social, assim como as principais consequências da sua acção a nível político, social e cultural. Na última parte, reflectir-se-á sobre o papel deste movimento social na construção da cidadania das pessoas com deficiência e no desafio das concepções dominantes de deficiência em Portugal.

Abstract

The 1960s witnessed an increased variety of social conflicts linked to new social movements. Consequently, Marshall's tripartite (civil, political and social) model of citizenship had to be expanded to accommodate new forms of citizenship and previously excluded social groups.

The Disabled People's Movement is a new social movement. The development of the Portuguese Disabled People's Movement is a post-1974 reality. Despite earlier collective initiatives of disabled people dating back to the 1920s, the democratic revolution in 1974 signalled a shift in disability collective action. The role of the movement in denouncing processes of social exclusion and oppression and in demanding disabled people's citizenship rights is indisputable.

Partially based on my PhD research, this paper investigates, firstly, some of the most significant features of the Portuguese Disabled People's Movement and, secondly, its political, social and cultural consequences. In this paper, I will also discuss the role of this movement in the construction of citizenship of disabled people in Portugal, as well as in challenging dominant and disabling understandings of disability.

Palavras-chave: Deficiência; identidade, lesão medular; modelo social da deficiência

Keywords: Disability, identity, spinal cord injury, social model of disability

[PAP1066]

Introdução

A acção colectiva é um importante catalisador de mudança social (McAdam, McCarthy e Zald, 1988; Tarrow, 1994). A investigação levada a cabo em países com o Reino Unido e os Estados Unidos em torno do Movimento de Pessoas com Deficiência (Driedger, 1989; Campbell e Oliver, 1996) tem demonstrado a importância deste movimento social na alteração das vidas das pessoas com deficiência e no questionar da exclusão e opressão social a que as suas vidas têm sido votadas. A este nível, Portugal não é excepção. De facto, a história recente de Portugal demonstra a importância da participação da sociedade civil na definição do seu futuro e no alargamento da noção de cidadania.

A grande variedade de conflitos sociais emergente nos anos 1960 levou a uma maior participação dos/as cidadãos/ãs nas actividades do Estado (Turner, 1986), visível na formação de novos movimentos sociais e na expansão da noção de cidadania. A acção dos novos movimentos sociais, onde se incluem o movimento LGBT, o movimento feminista e o movimento ecologista entre outros, teve como efeito uma expansão do modelo de cidadania tal como nos foi originalmente proposto por Marshall (1950, 1963) (cidadania civil, política e social). Mais recentemente, novas formas de cidadania abrangendo diferentes esferas das vidas individuais tomam forma, desde a cidadania íntima e sexual (Phelan, 2001; Plummer, 2003; Richardson, 2000) até à cidadania ecológica (Dobson, 2003, 2005, 2006; Smith, 2005).

Entre os novos movimentos sociais conta-se o movimento de pessoas com deficiência. O movimento de pessoas com deficiência emerge na grande maioria dos países ocidentais no final dos anos 1960 e durante a década de 1970 (Driedger, 1989), onde se inclui o caso português. Para tal as pessoas com deficiência uniram-se na formação de organizações denunciando a exclusão e opressão de que são vítimas por parte do Estado e da sociedade e reivindicando direitos de cidadania. Na verdade, as pessoas com deficiência têm sido alvo de discriminação em diferentes áreas das suas vidas por parte do sistema educativo, por parte dos serviços de segurança social, por parte do mercado de trabalho, por parte do ambiente físico construído, etc., levando a uma redução efectiva dos seus direitos de cidadania (Barnes, 1991, 1992a; Barnes *et al*, 2000).

Tendo por base a investigação desenvolvida no âmbito de um doutoramento em Estudos de Deficiênciaⁱ, este artigo apresenta um breve historial do desenvolvimento do movimento de pessoas com deficiência em Portugal e suas principais características, seguindo-se uma reflexão acerca dos seus impactos nas vidas das pessoas com deficiência. Termina com uma proposta teórica que constitui um desafio e uma oportunidade não só para o movimento, mas também a nível individual.

1. Contextualizando o movimento de pessoas com deficiência

As primeiras organizações de pessoas com deficiência em Portugal datam dos anos 1920 e 1930ⁱⁱ. Estas eram todavia organizações criadas por cegos e por surdos centradas numa única incapacidade e sem qualquer tipo de envolvimento político. Funcionando como grupos desportivos e/ou espaços de convívio para cegos e surdos fora da esfera pública, estas iniciativas decorriam de uma filosofia dominante centrada na caridade. Acresce ainda que muitas destas organizações foram lideradas por pessoas sem deficiência até 1974.

A Guerra Colonial e o regresso a Portugal de um grande número de jovens com incapacidades decorrentes do conflito abriu o caminho para um novo entendimento da deficiência em Portugal.

Em 1972, em resultado da discussão de uma lei sobre reabilitação e integração de pessoas com deficiência, é criada a primeira organização de pessoas com deficiência que abrange todos os tipos de incapacidades – a Associação Portuguesa de Deficientes (APD). Esta organização foi responsável pela organização do primeiro Encontro de Deficientes (1978) e do primeiro Congresso Nacional de Deficientes (1980).

O final da ditadura permitiu efectivamente a transformação da deficiência numa questão política e a emergência de novas vozes reivindicativas. A primeira organização a surgir foi a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) em Maio de 1974, seguida da Comissão Nacional de Deficientes Sinistrados no Trabalho que dará lugar em 1976 à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST).

Este puzzle completar-se-á ao longo das décadas de 1980 e 1990: primeiro, com a formação da primeira plataforma de associações *de e para* pessoas com deficiência – a Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (CCNOD), actual CNOD (APD, 1997); posteriormente, com a unificação das diferentes associações de cegos em 1989 numa única organização – a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) (ACAPO, 2009) –, bem como a criação de múltiplas organizações de surdos durante os anos 1990 e a formação da Federação Portuguesa das Organizações de Surdos em 1993.

É, pois, este grupo de organizações lideradas por pessoas com deficiência na defesa dos seus direitos que constitui o Movimento de Pessoas com Deficiência em Portugal. Deste movimento excluiu, por motivos ontológicos e políticos, as associações *para* pessoas com deficiência – isto é, que não são lideradas por pessoas com deficiência –, bem como as associações na área da saúde.

Da minha análise acerca do caso português,ⁱⁱⁱ emergem determinadas características do movimento que influenciaram de modo significativo os resultados da luta travada pelas pessoas com deficiência em Portugal, como veremos na segunda parte deste artigo. Consideremos cinco características deste movimento.

Em primeiro lugar, a ausência de uma identidade colectiva entre as pessoas com deficiência. Contrariamente ao caso inglês onde a existência de grandes unidades residenciais para pessoas com deficiência permitiu desde os anos 1960 a criação deste espírito colectivo unindo posteriormente as organizações sob uma mesma plataforma (Campbell e Oliver, 1996; Barnes et al., 2000), em Portugal o regime ditatorial e o reduzido número de pessoas em unidades residenciais impediu a formação desta solidariedade que surgirá apenas entre os Deficientes das Forças Armadas (DFAs) precisamente em resultado da sua experiência colectiva.

Uma segunda característica é a inexistência de unidade no próprio movimento. A ausência de uma identidade colectiva em articulação com uma fraca politização da questão da deficiência, inibiu a criação desta unidade necessária à acção do movimento, amplificando, pelo contrário, processos de diferenciação dentro do próprio movimento. Na verdade, nunca se conseguiu construir uma identidade colectiva que ultrapassasse as especificidades das incapacidades de cada um, as narrativas biográficas ou as filiações institucionais.

Como é já antecipável, uma terceira característica é a ancoragem teórica e política da maioria das organizações de pessoas com deficiência no modelo médico de deficiência e a sua ênfase na reabilitação e benefícios sociais para compensar as ‘falhas’ corporais. Mesmo nos casos em que há alguma articulação com o modelo social da deficiência, isto não significa uma alteração das suas concepções de deficiência, mas apenas a coexistência de ambas as filosofias. Um exemplo desta situação é a coexistência da reivindicação de legislação anti-discriminação com a reivindicação de benefícios sociais específicos para pessoas com deficiência, ou mesmo com a reivindicação de serviços de reabilitação. Esta falta de ancoragem política deixou o movimento à deriva, impedindo a emergência de uma identidade colectiva e fazendo com que a agenda do movimento acabasse cooptada pela agenda do próprio governo em matérias de deficiência.

Uma quarta característica é a centralidade do corpo e da incapacidade. Contrariamente ao que sucedeu noutros países em que o movimento recentrou a questão da incapacidade e da discriminação na sociedade, para o movimento em Portugal a corporalidade e a incapacidade são centrais para a construção da identidade individual bem como do argumentário reivindicativo das organizações.

A quinta e última característica do movimento português que quero realçar é o seu investimento em ‘reivindicações de primeira necessidade’, ou seja, centradas em direitos básicos, essenciais à obtenção de um patamar mínimo de cidadania, tais como o acesso à reabilitação. Menos comuns são as reivindicações em torno de questões políticas e sociais.

Estas cinco características são claramente influenciadas pela história socio-política e económica de um país em que a ausência de um Estado-providência forte (Santos, 1999; Hespanha, 2001) colocou as pessoas com deficiência numa difícil situação económica, por vezes abaixo do limiar de pobreza (Hespanha, 2001), condicionando a estratégia e as linhas de prioridade do próprio movimento. É à luz deste contexto que os impactos do movimento podem ser analisados.

2. Impactos do movimento de pessoas com deficiência

Não obstante as características anteriormente identificadas o movimento de pessoas com deficiência tem sido um importante catalizador de mudança em termos políticos, sociais e culturais na vida das pessoas com deficiência e na sociedade portuguesa que urge destacar.

2.1. Impacto político

O impacto político do movimento não tem sido linear nem contínuo. A minha análise permite-me diferenciar dois grandes períodos de influência política do movimento. Aquilo que designo por ‘período de receptividade’ que termina no final da década de 1970 e que se caracteriza por um elevado nível de acesso ao Estado e por impactos estruturais ao nível da legislação e políticas implementadas na área da deficiência. E aquilo que designo por ‘período de afastamento’ que se perdura até hoje, no qual se assiste a uma progressiva diminuição no acesso ao poder político e a um reduzido impacto, em larga medida circunscrito a alterações mínimas relacionadas com subsídios e direitos para grupos específicos de pessoas com deficiência.

Não obstante as influências específicas na criação e publicação de determinados diplomas legais na área da deficiência, uma análise sócio-histórica do movimento permite identificar duas consequências principais deste movimento social ao nível político: 1) o reconhecimento, por parte do Estado, da deficiência enquanto tema político e das pessoas com deficiência enquanto actores e interlocutores políticos; e 2) a crescente responsabilização (*accountability*) do Estado face à situação das pessoas com deficiência em Portugal.

2.2. Impacto social^{iv}

A comparação da situação das pessoas com deficiência em Portugal antes e após o 1974 parece indicar que existiu efectivamente um grande progresso na vida das pessoas com deficiência em Portugal. Na minha opinião, todavia, muito deste progresso tem sido mais aparente que real, sendo apenas identificável quando comparamos a situação das pessoas antes e após o restabelecimento da democracia e cinge-se à área dos benefícios sociais. Com efeito, nesta área o progresso é inegável, tendo-se passado de uma quase total ausência de apoio social para um período de apoio por parte do Estado-Providência. Ainda assim, desde os anos 1980 as mudanças reais nas vidas das pessoas com deficiência em Portugal têm sido mínimas: os benefícios sociais são insuficientes para elevar a vida das pessoas com deficiência acima da linha de pobreza, os problemas no acesso ao emprego mantêm-se e continuam a ser excluídos por um sistema de ensino que não considera as suas necessidades e por um mercado de trabalho que exclui a diferença.

A este nível, o impacto do movimento tem-se situado sobretudo na agenda do governo, o que, como sabemos, não tem necessariamente impacto real nas vidas das pessoas com deficiência se a tal não corresponder uma vontade política. Tal como a minha análise revela, a transformação das agendas

governamentais em actos políticos é um processo difícil e bastante lento. Acresce ainda que, quando o movimento consegue traduzir as intenções declaradas do governo em legislação, a sua aplicação na maioria dos casos está votada ao fracasso. Isto significa que, não obstante o elevado impacto do movimento na definição das agendas do governo, apenas conseguiu materializar algumas dessas promessas e não conseguiu ter qualquer influência na aplicação dessas políticas.

Dois exemplos, ancorados em dados estatísticos, podem ilustrar melhor este argumento. Na área do trabalho, de acordo com os censos de 2001, a taxa de actividade das pessoas com deficiência cifrava-se nos 29% comparativamente a uma taxa de 52,6% para a população portuguesa em geral (Gonçalves, 2003: 80). Na área da educação, 37% das pessoas com deficiência não possuem qualquer nível formal de educação, cifrando-se este valor para a população portuguesa em geral nos 26,4% (Gonçalves, 2003: 78).

2.3. Impacto cultural

Não obstante ser mais subjectiva e porventura difícil de avaliar, a mudança cultural constitui, todavia, o objectivo central do movimento de pessoas com deficiência a nível internacional. Também em Portugal, a emergência do movimento deu início a uma revolução cultural com impactos inegáveis na vida das pessoas com deficiência. Contrariamente ao que aconteceu noutras latitudes, a revolução cultural encetada não se baseou num questionamento da ordem social vigente ou num questionamento das concepções de deficiência vigentes, mas sim num questionamento do papel atribuído às pessoas com deficiência dentro dessa ordem pré-estabelecida, de modo a que esta possa acomodar também as pessoas com deficiência. O movimento construiu aquilo que designo por ‘contra-narrativa da deficiência’ que procurava difundir a ideia da pessoa com deficiência enquanto sujeito activo e autónomo, capaz de transpor a sua corporalidade através da reabilitação e do trabalho. Esta é, todavia, uma revolução inacabada. O trabalho encetado nos anos 1970 não teve continuação nas décadas seguintes, à medida que o movimento se enredou naquilo que designo por uma estratégia política convencional. No final dos anos 1980, início da década de 1990, assistiu-se a uma nova revolução cultural através da incorporação da linguagem dos direitos humanos das discussões sobre deficiência em Portugal (sobretudo a APD). Esta segunda revolução cultural apresenta, contudo, uma feição diferente da revolução nos anos 1970, dado não se basear no questionamento do papel atribuído às pessoas com deficiência na sociedade portuguesa, nem tão pouco na politização da questão da deficiência, mas sim num alerta para os direitos das pessoas com deficiência e na denúncia da violação destes mesmos direitos. Esta parece-me uma revolução de baixo impacto nas vidas das pessoas com deficiência e incapaz de questionar o papel destas pessoas na sociedade portuguesa. Creio, pois, que apenas a incorporação do modelo social da deficiência na linguagem dos direitos humanos poderia produzir uma revolução cultural significativa na vida das pessoas com deficiência em Portugal. E esta questão leva-nos à parte final deste artigo.

3. E daqui em diante? A urgência do modelo social em Portugal

A terminar, reflecte-se acerca do que parece ser mais premente ao nível do tratamento dado às questões de deficiência em Portugal.

Referi anteriormente a relação entre deficiência e exclusão socioeconómica. Enfatizar esta ligação não significa, no entanto, afirmar que a primeira é a causa e a segunda é o resultado. As situações de pobreza e invisibilidade social vivenciadas pelas pessoas com deficiência não são o resultado da sua deficiência, resultando sim da forma como a deficiência é construída socialmente e das barreiras físicas e psicológicas (preconceitos e ideias preconcebidas) levantadas em torno da deficiência (UPIAS, 1976).

Esta ideia da deficiência enquanto construção social e enquanto sinónimo de opressão por parte de uma sociedade deficientizadora é o resultado do desenvolvimento do movimento das pessoas com deficiência a partir da década de 1970 e da disseminação do modelo social da deficiência a nível internacional.

Até esta altura, a vida das pessoas com deficiência era dominada por um modelo médico e individual de deficiência, centrado nas ideias de ‘anormalidade’, diferença e de incapacidade, e perspectivando as barreiras e limitações enfrentadas pelas pessoas como resultado directo da sua deficiência. Como resultado, as pessoas com deficiência eram convertidas em seres humanos ‘não-válidos’, dependentes e passivos, para os quais a única solução seria a sua adaptação a uma sociedade e a um ambiente deficientizadores. Esta tarefa só era possível através de uma intervenção médica ou reabilitativa capaz da sua cura ou adaptação física.

A implementação deste modelo médico/individual de deficiência continua a ter consequências significativas nas políticas sociais produzidas e na vida das pessoas com deficiência. Em primeiro lugar, ao definir deficiência como uma questão médica, este modelo pressupõe a existência de uma correspondente solução médica. Esta solução só poderá, no entanto, ser dada por especialistas e profissionais, que desta forma adquirem um monopólio da vida das pessoas com deficiência e o papel principal na definição das suas necessidades reais ou imputadas (Barnes, Mercer e Shakespeare, 2000). As pessoas com deficiência são assim colocadas numa relação assimétrica de poder com estes profissionais e numa situação de dependência, na qual surgem como elementos passivos face às suas próprias vidas e à solução dos seus problemas. Em segundo lugar, esta medicalização, ao manter a deficiência como uma questão individual, impede a sua politização e a sua afirmação como uma forma de opressão social.

Em oposição a este modelo médico ou individual de deficiência, emerge a partir da década de 1970 uma nova visão proposta pelas pessoas com deficiência e pela suas organizações, aquilo que viria mais tarde a ser baptizado de modelo social. A ideia base deste novo modelo é a separação entre a noção de deficiência (*disability*) e a noção de incapacidade (*impairment*). Assim, deficiência deve ser entendida como o fenómeno socialmente produzido de exclusão e opressão das pessoas com deficiência, enquanto incapacidade se reporta aos aspectos biológicos e físicos das incapacidades de cada pessoa. Através desta distinção entre deficiência e incapacidade o modelo social conseguiu recentrar na sociedade, nos seus valores, instituições e ideologias a responsabilidade pela contínua exclusão das pessoas com deficiência. Como um dos grandes teóricos do modelo social, Mike Oliver, refere num dos seus livros: “a deficiência não tem nada a ver com o corpo, mas tudo a ver com a sociedade” (Oliver, 1996: 35). Portanto, a deficiência não é criada pela incapacidade mas sim pela sociedade que deficientiza as pessoas com incapacidades. Este modelo apresenta ainda a vantagem de transformar a questão da deficiência de um problema médico e individual, num problema social e numa questão política (Oliver, 1990).

Em Portugal, o impacto político do modelo social da deficiência tem sido nulo ou limitado como vimos ao longo deste artigo, bem como limitada tem sido a sua utilização por parte do movimento de pessoas com deficiência. A minha proposta vai, pois, no sentido da recuperação do modelo social da deficiência a nível nacional, não só como instrumento reivindicativo por parte do movimento social, mas também como filosofia de intervenção por parte dos responsáveis políticos. Urge, portanto, promover um entendimento da deficiência através de uma lente social, que responsabilize a sociedade e não o indivíduo e que produza consequências reais na vida das pessoas com deficiência de modo a que todos tenhamos direito a uma igualdade real e não apenas formal. Julgo que só o modelo social da deficiência pelas provas dadas noutros contextos poderá operar esta revolução.

Referências:

- ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal. (2009). Historial da ACAPO. [Recuperado em 10/2/2009]. <http://www.acapo.pt/acapo.asp?op=historial>.
- APD (1997). *25 anos – Contra a Discriminação, Pela Igualdade de Direitos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Deficientes.
- Barnes, C. (1991). *Disabled People in Britain and Discrimination – A Case for Anti-Discrimination Legislation*. London: Hurst & Company in association with the BCODP.
- Barnes, C. (1992). Institutional discrimination against disabled people and the campaign for anti-discrimination legislation. *Critical Social Policy*, **34**(12), 5-22.
- Barnes, C., Mercer, G., Shakespeare, T. (2000). *Exploring Disability – A Sociological Introduction*. Cambridge: Polity Press.
- Campbell, J. e Oliver, M. (1996). *Disability Politics – Understanding our past, changing our future*. London: Routledge.
- Dobson, A. (2003). *Citizenship and the Environment*. Oxford: Oxford University Press.
- Dobson, A. (2005). Citizenship. In: A. Dobson and R. Eckersley (Eds.), *Political Theory and the Ecological Challenge*. Cambridge: Cambridge University Press, 481-561.
- Dobson, A. (2006). Ecological citizenship: A defence. *Environmental Politics*, **15**(3), 447-451.
- Driedger, D. (1989). *The Last Civil Rights Movement – Disabled Peoples' International*. London: Hurst & Company.
- Fontes, F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal – da caridade à cidadania social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 73-93.
- Fontes, F. (2011). *Social Citizenship and Collective Action: The Case of the Portuguese Disabled People's Movement*. Dissertação de Doutoramento. Leeds: University of Leeds – UK.
- Gonçalves, C. (2003). Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001. *Revista de Estudos Demográficos*, 33, 69-94. [Recuperado em 15/5/2009]. http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=378572&PUBLICACOESStema=55466&PUBLICACOESmodo=2
- Hespanha, P. (2001). Mal-estar e Risco Social num Mundo Globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: B. S. Santos, org. *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, 163-196.
- Marshall, T. H. (1950). *Citizenship and Social Class, and Other Essays*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marshall, T. H. (1963). *Sociology at the Crossroads, and other essays*. London: Heinemann.
- McAdam, D., McCarthy, J. D., Zald, M. N. (1988). Social Movements. In: N. J. Smelser, org. *Handbook of Sociology*. Beverly Hills: Sage, 695-737.
- Oliva, F. (2001). O Associativismo entre os cegos em Portugal. *Cadernos Gesta*. Ano I N° 1 Julho 2001. [Recuperado em 10/1/ 2009] <http://www.gesta.org/gesta01/artigo02.htm>.
- Oliver, M. (1990). *The Politics of Disablement*. London: Macmillan.
- Oliver, M. (1996). *Understanding Disability: From Theory to Practice*. London: Macmillan.

Phelan, S. (2001). *Sexual Strangers – gays, lesbians, and dilemmas of citizenship*. Philadelphia: Temple University Press.

Plummer, K. (2003). *Intimate Citizenship: Private Discussions and Public Dialogues*. Seattle and London: University of Washington Press.

Richardson, D. (2000). Constructing sexual citizenship: theorizing sexual rights. *Critical Social Policy*, **20**(2), 105-135.

Santos, B. S. (1999). The Welfare State in Portugal: Between Conflicting *Globalizations*. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais, nº 140, May 1999.

Smith, G. (2005). Green citizenship and the social economy. *Environmental Politics*, **14**(2), 273-289.

Tarrow, S. (1994). *Power in the Movement: Social Movements, Collective Action, and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Turner, B.S. (1986). *Citizenship and Capitalism: The Debate over Reformism*. London: Allen & Unwin.

UPIAS (1976). *Fundamental Principles of Disability*. London: UPIAS.

ⁱ Este artigo integra-se no âmbito da minha pesquisa de doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. N.º SFRH / BD / 27653 / 2006).

ⁱⁱ Exemplos destas primeiras organizações são: a Associação Luís Braille criada em 1927, o Grupo Recreativo de Surdos-Mudos do Porto formado em 1934 e o Grupo ‘Os Surdos’ fundado em Lisboa em 1936. Outros grupos se lhes seguiram nas décadas de 1940 e 1950, nomeadamente o Grupo Desportivo de Surdos-Mudos de Lisboa criado em 1945, bem como um seu congénere criado no Porto em 1951, a Liga de Cegos João de Deus criada em 1952, a Associação de Cegos do Norte de Portugal fundada em 1958 e a Associação Portuguesa de Surdos criada neste mesmo ano.

ⁱⁱⁱ Para uma análise mais aprofundada ver Fontes (2011).

^{iv} Para uma análise mais aprofundada ver Fontes (2009, 2011).